

Notas sobre Gênero, Desenvolvimento Desigual e Combinado e Teoria das Relações Internacionais

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

Como citar: PASSOS, R. D. F. Notas sobre Gênero, Desenvolvimento Desigual e Combinado e Teoria das Relações Internacionais In: BRABO, T. S. A. M.(Org). Direitos Humanos, gênero, cidadania e educação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 243-266. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-279-6.p243-266>



NOTAS SOBRE GÊNERO, DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

*Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos*¹

INTRODUÇÃO

O pertencimento das Relações Internacionais à Ciência Política enquanto campo disciplinar parece um ponto consolidado desde o início da sua institucionalização enquanto área acadêmica em 1919 e os esforços sistematizadores e teorizadores do campo a partir de então. A despeito da área portar um caráter interdisciplinar, vários dos textos e autores canônicos convergiram na direção politicista em questão, conforme demonstrou Rosenberg (2017), com especial centralidade para o conceito de anarquia, a ausência de uma autoridade dotada de soberania acima dos Estados. Rosenberg menciona, a título de exemplificação, dois argumentos: o

¹ Docente da Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília. Doutor em Ciência Política pela USP e Livre-Docente em Teoria das Relações Internacionais pela Unesp (ORCID: 0000-0002-5542-2812).

raciocínio de um dos pioneiros em teorizar a área, Edward Hallet Carr (2001), que a vê na sua infância como disciplina científica e por isso a situa na Ciência Política; e Kenneth Waltz, autor bastante influente no debate teórico recente que prioriza as relações políticas interestatais no seu esforço teórico, focando na anarquia como causa permissiva das guerras (WALTZ, 2001) e princípio ordenador do sistema internacional (1979). De uma forma geral, a anarquia assumiu especial relevo como a categoria que distingue o campo e contribui significativamente para situá-lo acadêmica e institucionalmente na Ciência Política.

Considerando a enunciação original da categoria de gênero em 1975 com Gayle Rubin no âmbito da Antropologia, a incorporação do conceito homônimo nas Relações Internacionais pareceu seguir a tendência de especialização política do campo, empobrecendo ou mesmo enfraquecendo o caráter inter-relacional que o conceito de Rubin (1975) enunciou no seu nascedouro em termos de não propor uma concentração disciplinar.

É importante ressaltar que o confinamento das Relações Internacionais na Ciência Política possibilitou associar a área com um perfil fortemente masculinizado. Compõem esta avaliação a associação recorrente entre a guerra, o poder, a violência, a força e a masculinidade. Acrescenta-se a isto a própria masculinização que permeia a crescente participação feminina na política internacional nas mais diferentes possibilidades, como governante, diplomata, soldado e as várias concretudes das mulheres de carne e osso que as conectam organicamente no plano nacional ao cenário internacional. O ponto em questão remete, em termos da definição, da categoria de gênero com a assunção material, cultural, histórica, ideológica, econômica, política etc. que envolve as várias possibilidades de situar homens e mulheres e seus papéis. Não se trata de uma questão biológica e sim de situar em termos holistas as imagens associadas à masculinidade e à feminilidade na vida social como um todo em termos bastante dinâmicos (PASSOS, 2008).

Mesmo diante de algumas significativas e valorosas contribuições teóricas nas Relações Internacionais em termos de gênero (SJOBORG, 2011; TICKNER, 1988), elas se situam na paróquia intelectual da Ciência Política de forma inequivocamente especializada, não se desdobrando plenamente em termos inter-relacionais como sugere boa parte das

distintas abordagens teóricas de gênero. É importante explicar um pouco tal argumento.

Por um lado, Sjoberg (2011) critica em termos teóricos a formulação canônica da área de Relações Internacionais por parte de Waltz que não inclui as questões de gênero na sua definição do sistema internacional e sustenta que tal correção seria um imperativo teórico na formulação do autor norte-americano. Mesmo reconhecendo-se a relevância da categoria de gênero para a caracterização teórica do sistema internacional, Sjoberg não atenta para uma das especificidades metodológicas de Waltz. A saber, que Waltz circunscreve o sistema de Estados em escopo não alcançado pela categoria de gênero. Na hipótese de contemplar a categoria de gênero, tal formulação resultaria em assunções não objetivas (de um ponto de vista característico da abordagem científica positivista e de uma visão de mundo claramente masculinizada) e de caráter reducionista (em vista da causalidade da conduta dos Estados estar focada em aspectos parciais e não no ambiente coletivo do sistema internacional), conforme o autor norte-americano. Trata-se do que Waltz caracteriza como primeira e segunda imagens em termos respectivamente da natureza e da individualidade humanas e dos conflitos internos de um Estado, lógicas alheias ao caráter sistêmico em que o todo – o sistema internacional – condiciona as partes – os principais Estados – como unidades políticas. Ademais, o foco de Waltz é uma teoria específica da política internacional – focando nos principais Estados do ponto de vista econômico e militar e suas relações políticas – e não uma teoria que congregue aspectos inter-relacionais, com elementos mais amplos e dinâmicos atinentes às relações internacionais e aos papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres.

Por outro lado, Tickner (1988) enuncia uma leitura feminista alternativa aos princípios do realismo, tema de outro autor canônico na área e na temática, Hans Morgenthau (2003). A autora questiona a assunção da objetividade das leis da natureza humana associadas com o poder e o interesse recorrentes em termos de uma abordagem masculina, permeada também por uma suposta visão objetiva do conhecimento e da realidade, que também se liga ao domínio da força que pauta o internacional e sua anarquia como efeito da ausência de uma autoridade superior. A partir

de tal ótica masculina, a segurança assume uma conotação militar e masculinizada e a subjetividade é associada com a feminilidade. Como contraponto disto, Tickner formula a necessidade de uma visão mais dinâmica do internacional, não associando tal ambiente a uma única visão da natureza humana sedenta de poder e identificada com a imagem masculina. Tickner sublinha também uma ótica diferente da segurança militar referida, ou seja, uma segurança humana em sentido mais amplo caracterizada pelo bem-estar humano e em múltiplas dimensões.

Isto posto, tomam-se as possibilidades de um enriquecimento teórico na direção de ruptura deste confinamento com a proposta de relação da categoria de gênero com aquela do desenvolvimento desigual combinado, noção bastante sugestiva em termos de dinamismo histórico e uma abordagem mais ampla, de cunho mais holista, totalizante.

Neste esteio, a categoria de desenvolvimento desigual e combinado, de lavra original do líder revolucionário russo Leon Trotsky (1977), ocupa um espaço crescente em várias contribuições e debates nas Relações Internacionais, nas Humanidades e no marxismo².

Feitas tais advertências, o objetivo deste ensaio é buscar responder embrionariamente à seguinte pergunta: quais as consequências teóricas do estabelecimento de um nexos entre o desenvolvimento desigual e combinado e a categoria de gênero para a teorização em Relações Internacionais?

Entende-se que as respostas embrionárias passariam por duas possibilidades, considerando-se importante literatura sobre o desenvolvimento desigual e combinado.

A primeira relacionaria gênero e desenvolvimento e desigual e combinado tomando o último como uma referência para a teoria clássica social como um todo – incluindo aquela sobre Relações Internacionais - e a segunda tomaria ambos como referenciais marxistas, considerando a diversidade de possibilidades teóricas que a categoria de gênero pode

² Ver a respeito, por exemplo: ALLINSSON; ANIEVAS, 2010; BIELER; MORTON, 2018; BLANEY; TICKNER, 2017; DECKARD et al., 2015; JACKSON, 2017; MORTON, 2003, 2007a, 2007b, 2010, 2011; ROSENBERG, 1996, 2016, 2017; THOMAS, 2015.

assumir. Qualquer uma das duas assunções resulta em consequências teóricas distintas com hipóteses diferentes também.

A primeira hipótese relaciona desenvolvimento desigual e combinado e gênero em termos de pensar o rompimento do confinamento da Ciência Política em termos de conotação masculina predominante no campo das Relações Internacionais, o que ainda sugere o pertencimento ao âmbito disciplinar referido sem desdobrar plenamente as questões originárias da categoria original de Trotsky com o materialismo histórico. Há que se acrescentar ainda: sem sugerir um comprometimento com a plena emancipação das mulheres. Tal emancipação completa seria ligada a uma visão de mundo situada no materialismo histórico e, como tal, categoria situada e identificada em termos de totalidade.

A segunda hipótese situa o nexos referido em termos de considerar os referenciais disciplinares apenas como um parâmetro metodológico, visto que o materialismo histórico situa o conhecimento como um todo em termos de totalidade e não de pertencimento a um campo específico. Desdobra-se disto também uma perspectiva teórico-prática de engajamento com a busca da plena emancipação feminina e identificada com a totalidade.

Existem pouquíssimas contribuições que buscam estabelecer uma relação entre a questão feminina ou gênero e o desenvolvimento desigual e combinado (GALETTI, 2017; MCALLISTER, 1991; SENNA, 2016a, 2016b). Assim, a contribuição deste texto aponta de forma sumária algumas das contribuições existentes, bem como algumas possibilidades de aprofundamento sobre as duas categorias, dentro do recorte metodológico da teorização em Relações Internacionais.

O plano deste texto passa por um esboço argumentativo em torno das hipóteses que se relacionam a estas duas possibilidades interpretativas. Primeiro, uma caracterização da categoria de desenvolvimento desigual e combinado. Segue-se uma elucidação da categoria de gênero, circunscrevendo-a à sua elaboração original por Gayle Rubin (1975), seguida de uma proposta de aproximação com as Relações Internacionais e a categoria em questão de Trotsky. Por fim, a elucidação das duas

hipóteses mencionadas, buscando combinar todas as categorias de modo a argumentar nos termos anunciados no texto.

O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

A categoria em pauta aparece de forma pioneira na análise de Trotsky sobre a Revolução Russa de 1917. Um dos pontos nevrálgicos da Rússia na análise seria a continuidade de aspectos de seu feudalismo coexistindo com centros urbanos e de grande avanço industrial no final do século XIX e início do século XX. Neste sentido, coloca-se para a Rússia sua condição majoritariamente agrária e atrasada em termos feudais. A pontuação de Trotsky destaca:

a) A absorção por um país atrasado das conquistas materiais e ideológicas dos países avançados sem que isto seja uma reprodução completamente fiel do passado dos países mais desenvolvidos (TROTSKY, 1977, p. 24). Desdobra-se disto a possibilidade do país atrasado atravessar uma série de etapas intermediárias, no contexto da famosa frase de Trotsky sobre a categoria em tela: “Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas” (TROTSKY, 1977, p. 24).

b) A desigualdade do ritmo se constitui na lei mais geral dos processos históricos, sendo mais presente e forte nos rumos dos países menos adiantados (TROTSKY, 1977, p. 25). Por outras palavras, formas avançadas e atrasadas se amalgamam nas diferentes velocidades de transformação das distintas dimensões, manifestações históricas e espacialidades da vida.

c) Desdobra-se de tal desigualdade do ritmo a lei do desenvolvimento combinado. Por outras palavras, a proximidade das distintas etapas de forma a combiná-las, amalgamando as formas arcaicas com as congêneres modernas para entender a trajetória histórica russa e todos os países chamados à civilização nas diferentes linhas de mudança da vida como um todo.

d) Neste esteio, o Estado russo absorvia uma parte proporcionalmente maior da riqueza em comparação com o Ocidente, fragilizando as massas a uma redobrada miséria e enfraquecendo também as bases das classes abastadas. A resultante disto: “[...] as classes privilegiadas, burocratizadas, jamais conseguiram erguer-se em toda a sua pujança, e o Estado russo não fez senão aproximar-se ainda mais dos regimes mais despóticos da Ásia” (TROTSKY, 1977, p. 25). Em boa medida, isto explica o desenvolvimento feudal ter atingido sua plenitude apenas no século XVIII, com sua abolição apenas em 1861 (TROTSKY, 1977, p. 25-26).

e) A lei do desenvolvimento combinado aparece de forma mais nítida no caráter tardio da indústria russa, que não teve seu curso marcado pelos mesmos momentos da trajetória dos países atrasados. A Rússia percorreu com extrema rapidez a industrialização, tendo dobrado sua produção entre 1905 e a Primeira Guerra Mundial ao mesmo tempo que a condição geral mais atrasada do país possibilitava tal trajetória (TROTSKY, 1977, p. 28).

f) As pressões externas, a “chicotada externa” referida por Trotsky, em particular da Europa mais rica, contribuíram para a aceleração do desenvolvimento industrial russo entre 1905 e 1917, financiado e dependente por parte do capital financeiro da Inglaterra, Bélgica, Alemanha e França. No período em questão, a produção industrial da Rússia quase dobrou (TROTSKY, 1977, p. 28-29).

Em boa medida, a análise de Trotsky – cuja escrita termina em 1930 - situa a categoria em tela no prelúdio histórico da Revolução Russa de outubro de 1917, embora ressalve que a mesma faz sentido também para explicar as distintas temporalidades nos processos de transformação posteriores a 1917. No dizer do líder russo (TROTSKY, 1977, p. 28): “Na realidade, a possibilidade de um progresso assim rápido era precisamente determinada pelo estágio atrasado do país, que, infelizmente, não apenas subsistiu até a liquidação do antigo regime mas que, como sua herança, perdura até hoje”.

É importante reter também para a argumentação que se pretende empreender que a diferença das temporalidades da vida se coloca em perspectiva combinada, em termos de conexões orgânicas entre nacional

e internacional, entre as inúmeras sociedades, entre as várias causalidades, determinações, aspectos relacionais e interacionais como totalidade histórica. Em diapasão semelhante, muito embora Trotsky não possua na sua lavra pioneira algo que sugira uma aplicação mais detida do desenvolvimento desigual e combinado fora do contexto do processo histórico de longo prazo da Rússia³, parece sugerir em breves passagens que a categoria em tela possa ser usada para a análise de outros casos. A título de exemplo, o fundador do Exército Vermelho cita o descompasso dos invasores do Império Romano frente às ruínas do mesmo, utilizando tanto pedras quanto material de construção (TROTSKY, 1977, p. 23). Tal menção, assim como outras não atinentes à Rússia, servem como comparativo com os estágios de desenvolvimento da terra dos czares. É digna de destaque também a menção às civilizações antigas do Egito, Índia e China em seu caráter suficientemente autônomo (TROTSKY, 1977, p. 23-24).

A questão especificamente feminina não aparece na formulação original de Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado. Entretanto, a sua elaboração sugere indiretamente a preocupação com as mulheres quando comenta a respeito a respeito da quantidade de operários na população russa, na ordem de 10 milhões de pessoas que, somadas aos membros (homens, mulheres e crianças) de suas famílias (homens e mulheres operárias), integralizariam 25 milhões de pessoas (TROTSKY, 1977, p. 30).

Feita tal caracterização da formulação de Trotsky e alguns de seus desdobramentos para as Relações Internacionais, buscar-se-á elucidar um pouco a categoria de gênero na sua concepção original por Gayle Rubin.

GÊNERO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO: UMA POSSÍVEL RELAÇÃO?

A formulação pioneira de Rubin (1975) transita de um argumento do sistema “sexo-gênero” para “gênero” no primeiro texto em que situa tal proposição. Inicialmente ela formula (RUBIN, 1975, p. 165, tradução própria):

³ Andreas Bieler e Adam Morton (2018) advogam posição distinta. A saber, o desenvolvimento desigual e combinado se aplica somente à análise da especificidade histórica capitalista.

Toda sociedade possui um sistema sexo/gênero – um conjunto de arranjos através do qual a matéria-prima do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana, social de um modo convencional não importando quão bizarras algumas das convenções possam ser.

Mais adiante, uma longa – e deveras importante passagem - sobre as distintas circunstâncias em que podem aparecer o sistema sexo/gênero (RUBIN, 1975, p. 167-168, tradução própria, grifo nosso):

Por outro lado, não podemos limitar o sistema sexo à “reprodução” tanto no sentido social quanto no sentido biológico do termo. Um sistema sexo/gênero não é simplesmente o momento reprodutivo de um “modo de reprodução”. A formação da identidade de gênero é um exemplo de produção no âmbito do sistema sexual. E um sistema sexo/gênero envolve mais do que as “relações e procriação”, reprodução no sentido biológico.

O termo “patriarcado” foi introduzido para distinguir as forças que mantém o sexismo a partir de outras forças sociais, como o capitalismo. Mas o uso de “patriarcado” obscurece outras distinções. *Seu uso é análogo ao uso de capitalismo referindo a todos os modos de produção, embora a utilidade do termo “capitalismo” se apoie justamente no fato de que ele distingue vários sistemas pelos quais as sociedades são providas e organizadas. Qualquer sociedade terá algum sistema de “economia política”. Tal sistema pode ser igualitário ou socialista. Pode ser estratificado por classes, caso no qual a classe oprimida pode consistir de servos, camponeses ou escravos. A classe oprimida pode consistir de trabalhadores assalariados, caso no qual o sistema seja apropriadamente rotulado de “capitalista”. O poder do termo se apoia em sua implicação de que, de fato, há alternativas ao capitalismo.*

De modo similar, qualquer sociedade terá meios similares para lidar com o sexo, com o gênero e com os bebês. Tal sistema pode ser sexualmente igualitário, ao menos na teoria, ou pode ser “estratificado por gênero”, como parece ser o caso na maioria ou de todos os exemplos conhecidos. Mas é importante – mesmo em termos de uma história deprimente – manter uma distinção entre a capacidade humana e a necessidade de criar um mundo sexual, e os meios empiricamente opressivos nos quais

os mundos sexuais foram organizados. O Patriarcado subsume ambos os significados no mesmo termo. O sistema sexo/gênero, por outro lado, é um termo neutro que refere a este domínio e indica que a opressão não é inevitável neste domínio, mas é o produto das relações sociais específicas que o organizam.

A inter-relacionalidade da categoria de gênero pode levar em conta não somente distintas temporalidades de sociedades estatais quanto pré-estatais como também os distintos ritmos dos vários aspectos aos quais ela se relaciona. No trecho abaixo, a autora correlaciona o parentesco às sociedades pré-estatais (RUBIN, 1975, p. 168-169, tradução própria, grifo nosso):

Em sociedades pré-estatais, o parentesco é a linguagem da interação social organizando a atividade econômica, política e cerimonial, bem como sexual. Os deveres, responsabilidades e privilégios de alguém vis-à-vis outros são definidos em termos de mútuo parentesco ou a falta dele. A troca de bens e serviços, produção e distribuição, hostilidade e solidariedade, ritual e cerimônia, todos ocorrem na estrutura organizacional do parentesco. A ubiquidade e a adaptativa efetividade do parentesco levaram muitos antropólogos a considerar sua invenção conjuntamente com a invenção da linguagem, por terem sido os desenvolvimentos que decisivamente marcaram a descontinuidade entre hominídeos semi-humanos e seres humanos.

Obviamente, não há qualquer menção sobre o desenvolvimento desigual e combinado nos trechos reproduzidos e nos seus destaques. O que sugere uma aproximação, uma relação com a categoria de Trotsky nos trechos em destaque das passagens reproduzidas diz respeito aos seguintes aspectos:

- a) A existência de várias sociedades e vários modos de produção dentro do capitalismo e alternativos a ele com respectivas distintas estratificações sociais;
- b) A opressão patriarcal e sexual nas diferentes sociedades;
- c) As diferentes possibilidades da produção social do gênero nas sociedades em questão;

d) A ocorrência de sociedades estatais e pré-estatais na história;

e) A linguagem e o parentesco como elementos importantes do desenvolvimento humano descontínuo, não linear das sociedades, dentre outros.

As diferentes temporalidades da produção da vida em diferentes modos, diferentes causas, feições e descontínuas linearidades, com sociedades de perfil estatal e pré-estatal sugerem, senão um nexó implícito com a perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado, ao menos uma relação próxima, uma significativa aproximação.

Nos diferentes tempos de produção da vida em distintas sociedades existem várias feições da produção social da distinção de gênero. Tal é a tese que parece próxima aos dois referenciais em tela neste texto. A seguir, o argumento do texto se debruçará sobre a temática internacional aliada a estes dois referenciais.

AS CONTRIBUIÇÕES NA LITERATURA SOBRE GÊNERO, A QUESTÃO FEMININA E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO: O INTERNACIONAL COMO PARTE DO TODO

Dois conjuntos de bibliografia que inter-relacionam gênero, desenvolvimento desigual combinado e as Relações Internacionais serão contemplados neste tópico. Um diz respeito à Revolução Russa e outro refere às mulheres de Negeri Sembila, na Malásia.

O primeiro conjunto refere às contribuições de Galletti (2017) e Senna (2016a, 2016b). O segundo grupo refere a McAllister (1991).

A significativa contribuição de Mariana Galletti sobre o desenvolvimento desigual e combinado o situa na análise do processo histórico da Revolução Russa, alinhando os planos nacional e internacional como uma totalidade orgânica.

Tal revolução significou também um importante salto em termos de avaliação da condição feminina na terra dos Soviets. A fim de não cometer nenhum anacronismo, o enfoque a respeito da perspectiva de gênero

se coloca em tal contexto de forma indireta, relacional e aproximativa, considerando a sua enunciação ter ocorrido quase 60 anos depois da Revolução Russa de Outubro de 1917, em 1975.

Um país atrasado, dotado de uma estrutura estatal autoritária digna de analogia com o despotismo asiático e atraso em várias áreas, possuía uma trajetória histórica patriarcal que relegava as mulheres a uma condição de enorme opressão e exploração. A trajetória coletiva da mulher no processo histórico que vai da Revolução até seus desdobramentos enseja o nexos com categoria em pauta neste ensaio.

A Rússia pré-revolucionária atestava uma condição jurídica de submissão da mulher ao seu marido, a impossibilidade de divorciar-se e a ausência de direitos políticos. O Código de Leis Russo, vigente desde 1836, estatuiu que “A mulher deve obedecer a seu marido, residir com ele no amor, respeito, e obediência ilimitada, e oferecê-lo gratidão e afeto de acordo com as regras da família” (STITES, 1978 apud GALLETTI, 2017, p. 9).

Em contexto da totalidade combinada em que a Rússia se inseria, ecos das ideias da França revolucionária e do Código Napoleônico reverberavam nas estepes no tocante às mulheres através de circulação de ideias efetuadas pelas frações dominantes. Desta forma, o debate sobre a questão feminina chega à Rússia em um primeiro momento por meio de tais elites (GALLETTI, 2017, p. 14-15; SENNA, 2016a, p. 267).

O esteio deste processo dá notícia de importante fato em seu início quando de uma petição com mais de 400 assinaturas em 1860 em que mulheres demandavam cursos superiores mistos para homens e mulheres. No contexto da imediata negativa, organizaram cursos preparatórios para o ensino superior. Dois anos depois, a demanda foi atendida e não encontrava par na Europa Ocidental (GALLETTI, 2017, p. 20).

O desdobramento das ideias da França enquanto circulação das mesmas remetia a aspectos muito além das relações políticas interestatais, também como parte da linha de argumento referente à totalidade combinada.

A circulação de ideias que se relacionava com os movimentos feministas, dentre eles o do Partido Operário Social-Democrata Russo – Bolchevique – se valia de ideias que advinham, por exemplo, da literatura. Em termos de totalidade combinada, importa um conjunto amplo de causalidades, tal como este ponto. Um exemplo bastante relevante remete à obra *Que fazer?*, de 1863, escrita por Tchernichévski. Obra de alcance muito maior que o contexto dos movimentos feministas, como o fato de que a principal liderança da Revolução Russa e do Partido Bolchevique e leitor da obra em questão, Vladimir Lenin, escreveu livro com título homônimo. No livro referido de Tchernichévski, a personagem fictícia Vera Pávlovna percorre uma trajetória de libertação pessoal, buscando influenciar as irmãs buscarem o seu próprio caminho neste sentido. A trama é permeada pelo autoritarismo dos pais, casamentos incompatíveis e amores conflitivos para buscar a realização plena da vida (STITES apud SENNA, 2016b: p. 86).

Dotada de uma posição quase equiparável à escravidão, a típica mulher pobre russa e sem acesso a letramento sequer era considerada ser humano, frequentemente submetida à violência física e chamada na língua russa de *baba*. Esta era a mulher que desempenhava o trabalho doméstico na maioria das vezes e muitas vezes só podia desfrutar da vida pública ao ir à igreja (GALLETTI, 2017, p. 10).

Contradições se tornaram mais agudas no processo histórico russo e desencadearam a Revolução de Outubro de 1917. No bojo de tudo isto, massa considerável de mulheres toma o lugar na produção fabril, substituindo os homens convocados para a Primeira Guerra Mundial. A lógica do desenvolvimento desigual e combinado novamente se faz presente: presentes na vida pública e na produção fabril, mas não libertas das antigas tradições cristãs e patriarcais (GALLETTI, 2017, p. 11).

Soma-se a tudo isto o papel de ascendência de lideranças desempenhado no âmbito do movimento socialista internacional de mulheres, como a alemã Clara Zetkin, sobre o movimento russo (GALLETTI, 2017, p. 23-25). Entre os grandes nomes do movimento russo e da própria revolução em tela, Alexandra Kollontai, que viria a ser anos depois, provavelmente, a

primeira mulher no mundo a ocupar o cargo de embaixadora ao fazê-lo na Suécia em 1943 em nome da União Soviética.

No espaço de pouquíssimo tempo, tal condição mudou para a mais avançada condição de reconhecimento jurídico da mulher no mundo.

Em dezembro de 1917, o casamento civil substituía o congêneres religioso. Também o divórcio a pedido de qualquer um dos cônjuges é instaurado. Tais inovações constaram posteriormente no novo Código de Casamento, Família e Tutela de 1918 bem como pensão alimentícia tanto para homens como para mulheres, abolição da herança, preservação da renda anterior à união (que poderia ser livre), iguais direitos às crianças gerados dentro e fora da união, a concepção do papel do Estado como o melhor tutor para as crianças órfãs. Também em 1918 é criado o Departamento de Mulheres do Partido Bolchevique, encabeçado inicialmente pela revolucionária Inessa Armand (GALLETTI, 2017, p. 43-46). Havia a ciência das lideranças revolucionárias sobre o desencontro entre a lei e a tradição histórica cristalizada no modo de produção da vida antigo, ponto coerente com a perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado.

A nova Constituição normatizava a plena igualdade de direito a voto e de ser eleito, desde que a partir dos 18 anos de idade, além de participação e organização política. Em 1920, o aborto é legalizado por meio de um decreto. Planificou-se a necessidade de creches, restaurantes, hospitais, lavanderias socializadas, lares para crianças órfãs (GALLETTI, 2017, p. 49), mas não foram implementados a contento, em face das enormes dificuldades advindas do quadro posterior à revolução e à Guerra Civil. Somadas às dificuldades decorrentes da persistência dos componentes patriarcais e feudais advindos da tradição e do modo de vida anterior, uma certa visão conservadora de parcela dos membros homens do Partido Bolchevique, observam-se elementos relacionáveis ao desenvolvimento desigual e combinado.

Tais foram algumas das condições históricas que proporcionaram o advento do stalinismo, que implementou um programa claramente regressivo para as mulheres (GALLETTI, 2017, p. 49-50). Em 1930, a retórica oficial stalinista dava a questão feminina resolvida por completo,

justificando assim a extinção do Departamento de Mulheres do Partido Comunista. Uma afirmativa que não condizia com a realidade, haja vista a não implementação plena de propostas que avançavam rumo à emancipação feminina – descritas rapidamente acima, a ausência de igualdade salarial entre homens e mulheres, a participação minoritária de mulheres nos Soviets, no partido e em sua direção. Aprofundou-se a divisão sexual do trabalho, relegando as tarefas cotidianas às mulheres e as de cunho político aos homens. Em 1936, o aborto é proibido, o divórcio é tornado bem mais complexo, culminando com a sua realização exclusivamente jurídica em 1944. Em 1934, a homossexualidade é criminalizada (SENNA, 2016b, p. 287-292).

Por fim, mas não menos importante a longa, mas importantíssima passagem de Thaiz Senna (2016b, p. 292) apresenta mais uma parte do retrato regressivo implementado na era stalinista:

Por fim, desde 1930, essas mesmas mulheres também tiveram seu lugar mudado drasticamente, mais uma vez. Eram novas-antigas mulheres. Seu lugar na família foi restaurado e potencializado: ser boas mães, filhas e esposas era novamente positivizado. Não apenas: era vangloriado, idealizado e recompensado. As mães que no período pré-revolucionário simplesmente pariam muitos filhos, por motivos contextuais; que no período revolucionário tiveram suas vidas descentralizadas do ato de parir e cuidar dos filhos, através da criação de creches, da legalização do aborto e demais campanhas; agora, no regime stalinista, recebiam medalhas e eram consideradas heroínas nacionais se atingissem determinada cota de filhos. Em julho de 1944, o Soviete Supremo da URSS aprovou um decreto destinado a aumentar os auxílios estatais para as mulheres grávidas, para as famílias numerosas e para as mães solteiras, criou o título honorário “Mãe heroína”, o prêmio “Pais Gloriosos” e a “Medalha da Maternidade” [...].

Em termos de uma conclusão parcial, observa-se a perspectiva desigual e combinada também no ponto culminante da análise. Avanços e retrocessos na questão feminina não se dão “degrau por degrau”, como evidenciaram os grandes saltos com avanços no processo histórico que

levou à Revolução Russa de 1917. Ao mesmo tempo, não se trata de uma lógica etapista linear, evolucionista e estanque, ponto que permite a ressalva de que as conquistas podem ser limitadas e até mesmo regredir em pontos significativos, como ficou evidenciado no período stalinista.

Por sua vez, a análise de Carol McAllister (1991) foca transformação e tradicionalismo no âmbito da análise das formas cotidianas de resistência das mulheres em Negeri Sembilan, na Malásia, no contexto dos anos 90.

Por um lado, situam a sua subsistência em termos de pequena produção e propriedade de forma muito mais compatível com a organização matrilinear da exploração de suas seringueiras e campos de arroz do que a perspectiva mais ampla de totalidade capitalista. Por outras palavras, tais mulheres consideram tais culturas uma propriedade ancestral e, desta forma, possuída pela matrilinearidade com direitos de uso transmitidos prioritariamente de mães para filhas. Tal persistência é notável em vista da pressão do governo nacional malaio em décadas para o abandono de tal perspectiva (McALLISTER, 1991, p. 72). Como isto se desdobra em outras perspectivas sob a ótica do desenvolvimento desigual e combinado?

A tentativa de integração de princípios matrilineares com o sistema escolar orientado por valores e demandas capitalistas (McALLISTER, 1991, p. 74). A divisão de parte de suas colheitas com parentes que moram no meio urbano em troca de produtos eletroeletrônicos, por exemplo. Todavia, uma aguda contradição baseada nas necessidades econômicas dos estratos mais empobrecidos ameaça severamente a manutenção da tradição (McALLISTER, 1991, p. 78), levando as mulheres a dependerem cada vez mais de trabalhos nas áreas urbanas com a decorrência de não continuar e cultivar tal especificidade cultural.

Isto leva McAllister a suscitar uma das mais importantes discussões de Rosa Luxemburgo, qual seja, a da reprodução do capitalismo focada em boa medida pela incorporação das áreas não capitalistas e suas circunvizinhanças (LUXEMBURG, 1951 apud McALLISTER, 1991, p. 79). Tal raciocínio incide justamente sobre aquelas áreas do assim chamado Terceiro Mundo em que há tais formas não capitalistas e que o processo de acumulação do capital destrói as formas tradicionais e aumenta a

proletarização e o empobrecimento, ponto que incide sobre o caso em tela da Malásia.

Tais aspectos suscitaram, inclusive, a incorporação de críticas na prática ritualista e na evocação de espíritos que compunham tal tradição cultural matrilinear como uma forma criativa de desenvolvimento de contraposição ao sistema de exploração em que tais mulheres são crescentemente submetidas. Isto começou a se manifestar nas grandes fábricas malaias nos anos 70 e 80 entre as mulheres, originariamente imbuídas de tais crenças nas suas localidades pautadas pela matrilinearidade (McALLISTER, 1991, p. 81).

Em termos sucintos, a análise descrita acima permite constatar a amálgama, em termos desiguais e combinados, de aspectos tradicionais da cultura com pontos de transformação relacionados à expansão monopolista do capitalismo imperialista articulando aspectos nacionais e internacionais.

O próximo tópico buscará efetuar uma sistematização dos eixos norteadores deste texto: gênero, desenvolvimento desigual e combinado e Relações Internacionais.

GÊNERO, DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A sistematização de Justin Rosenberg (2016) sobre as possibilidades da aplicação da categoria de desenvolvimento desigual e combinado às Relações Internacionais de forma a oferecer um contraponto à visão tradicional deste campo é bastante útil. Com alguns acréscimos de elaboração própria, estabelecer-se-á tal diferenciação, associando aspectos relevantes relacionados a gênero.

O conceito mais relevante das perspectivas hegemônicas e tradicionais das Relações Internacionais é a anarquia, conceito inspirado em Hobbes (1985). Um padrão único de Estados e sociedades pautado pela perene competição (violenta ou com a possibilidade da violência) entre os entes relevantes no cenário internacional, uma vez que não há subordinação dos mesmos a qualquer centro, raciocínio válido para qualquer período

histórico. O contraponto do desenvolvimento desigual e combinado seria a coexistência de múltiplos fenômenos e sociedades, sem que haja uma única e contínua natureza que explicasse toda a história. No que refere à categoria de gênero, a imagem masculina de Hobbes caracterizando o Estado com a imagem de um homem, como atesta a primeira capa de sua obra canônica sobre tal conceito, “Leviatã” (HOBBS, 1985) é indicativo de uma caracterização mais recente (posterior a 1975), associada à masculinidade do Estado e a sua postura competitiva e violenta no além-fronteiras. É digno de crítica que a associação masculina perene e de natureza única ao Estado com a violência perde de vista as distintas manifestações, temporalidades e transformações concernentes a cada Estado, bem como o caráter dinâmico subjacente às análises de gênero no devir histórico.

A abordagem tradicional se vale de uma metáfora famosa, qual seja, aquela da bola de bilhar como modelo de análise. Trata-se de metáfora alusiva ao Estado no sistema internacional: coeso, maciço, monolítico, simétrico em relação aos demais (como ente soberano). Tal abstração ao retratar o Estado põe em evidência as relações políticas interestatais ou subordina todos os demais aspectos (econômicos, militares, geográficos etc.) à dimensão política, tornando-se verdadeiros apêndices desta. Neste modelo, o primado do político caracteriza uma única temporalidade, aquela das relações políticas e interestatais. Todas as demais dimensões e temporalidades desiguais e combinadas da vida desaparecem na medida em que a abstração do modelo da bola de bilhar privilegia a política. Obviamente, o contraponto aqui é a existência de múltiplos tempos e linearidades de transformação das diversas dimensões da vida. Desdobra-se disto também que a categoria de gênero nas Relações Internacionais não pode ser situada somente no âmbito político e sim numa perspectiva mais holista, abrangente.

Se a abordagem tradicional das Relações Internacionais privilegia o político nas suas várias possibilidades, hierarquizando-o acima das demais dimensões e usando-o para subordiná-las, isto faz com que a interação entre as mencionadas dimensões se torne mais limitada. Tal ponto não condiz com o referencial desigual e combinado, que preza pelas múltiplas interações, ponto coerente com a ampla gama de causalidades históricas que

Gayle Rubin identificou no materialismo histórico e na sua aproximação com a sua proposição original de gênero (RUBIN, 1975, p. 164).

Desdobra-se da formulação anterior que múltiplas interações não podem privilegiar o plano externo anárquico do sistema internacional como normalmente se observa nas abordagens tradicionais internacionalistas. De modo diverso o enfoque do desenvolvimento desigual e combinado aborda uma unidade orgânica entre o âmbito interno dos Estados e o plano internacional. Neste diapasão, a narrativa dominante das Relações Internacionais que associa a violência à masculinidade e privilegia o papel “público” de homens governantes, soldados e diplomatas ignora quase que por completo o papel das mulheres no plano interno e internacional.

Outro desdobramento de todos estes entendimentos apontaria para uma lógica em que as Relações Internacionais não ficariam confinadas à Ciência Política, seja pela recorrência de conceitos políticos centrais, como o equilíbrio de poder e a anarquia internacional, seja pelo fato das contribuições de outras áreas dentro deste campo disciplinar focarem também no plano político internacional. Exemplificariam isto: Geopolítica, o gênero em termos das temáticas políticas internacionais ou a especialização da Economia como Economia Política Internacional. Considerando que a perspectiva da Geografia não se circunscreve à Geografia Política e afins, que a categoria de gênero mesmo sendo originária da Antropologia (RUBIN, 1975) não propõe a especialização nesta área e que a própria Economia pode ser o fio condutor para a totalidade de acordo com a proposta marxista, o desenvolvimento desigual e combinado pode dar ensejo a uma abordagem mais holista das Relações Internacionais e da perspectiva de gênero sem reproduzir “a prisão da Ciência Política” que normalmente marca o enfoque internacionalista.

Todos estes argumentos confluem para as duas hipóteses mencionadas no início destas notas. Tais hipóteses podem ser resumidas na seguinte pergunta: a articulação entre gênero e desenvolvimento desigual e combinado se dá em registro marxista como totalidade e busca de uma radical e profunda transformação que inclui a plena emancipação feminina ou como uma alternativa nos marcos disciplinares das Relações

Internacionais, sem maiores consequências para uma perspectiva de análise de totalidade e a busca de uma radical e profunda transformação?

O esboço de uma resposta conclusiva será o foco do item final, a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da significativa contribuição de Rosenberg no sentido de sistematizar e buscar ampliar os horizontes das Relações Internacionais com a categoria de desenvolvimento desigual e combinado, tal ampliação se situa no campo disciplinar mencionado. As consequências teórico-práticas desta escolha esvaziam, de certa forma, o alcance original proporcionado pela formulação de Trotsky, claramente identificadas com a perspectiva de transformação revolucionária radical e profunda. E também desdobrada da perspectiva marxiana, para quem o enquadramento disciplinar tradicional não se impõe como alternativa à totalidade.

Se a perspectiva original de Gayle Rubin no tocante a gênero não situa esta categoria no marxismo, o seu diálogo construtivo e generoso com o materialismo histórico não perde de vista a transformação histórica e o dinamismo social em várias possibilidades.

As aplicações aqui descritas sumariamente que articulam o desenvolvimento desigual e combinado ao gênero (de forma aproximativa, relacionável) situam tais discussões num todo em que contempla as relações internacionais com maior ou menor ênfase, sem uma preocupação em privilegiar um campo disciplinar específico.

Conforme visto, a análise da participação feminina na Revolução Russa mobiliza ideias, conceitos jurídicos, relações políticas interestatais, circulação de ideias, literatura etc. Por sua vez, a análise da cultura matrilinear das mulheres da Malásia evoca a Antropologia, a Sociologia, as Relações Internacionais, etc. Na ótica do marxismo, tais enquadramentos disciplinares seriam, na melhor das hipóteses, convenções frente à totalidade.

O dinamismo do gênero e do desenvolvimento desigual e combinado não se coadunam com narrativas e lógicas evolucionistas, mecânicas, estanques, homogêneas. Esta é uma das principais conclusões apontadas a partir da sistematização e das análises resumidas nestas notas.

Coerentemente com este caráter dinâmico e de cunho mais totalizante que tais categorias ensejam, entende-se que não seria coerente situá-las em termos de mais um confinamento disciplinar que pode proporcionar uma limitação em sentido contrário. Por outras palavras, a articulação dinâmica e holista proporcionada pelas categorias de gênero e de desenvolvimento desigual e combinado não pode ser “engessada” num enquadramento como aquele das Relações Internacionais. Desdobrar tal articulação até as últimas consequências implica atentar para o dinamismo histórico rumo a uma transformação radical e revolucionária, livre de quaisquer amarras disciplinares, patriarcais e afins.

REFERÊNCIAS

- ALLINSSON, J. C.; ANIEVAS, A. The uneven and combined development of the Meiji Restoration: A passive revolutionary road to capitalist modernity. *Capital & Class*, London, v. 34, n. 3, p. 469-490, 2010.
- BIELER, A.; MORTON, A. D. Interlocutions with passive revolution. *Thesis Eleven*, v. 147, n. 1, p. 9-28, 2018.
- BLANEY, D. L.; TICKNER, A. B. International Relations in the prison of colonial modernity. *International Relations*, v. 31, n. 1, p. 71-75, 2017.
- CARR, E. H. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939: uma introdução ao estudo das Relações Internacionais*. Brasília, DF: Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- DECKARD, S. *et al. Combined and Uneven Development: Towards a New Theory of World-Literature*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- GALETTI, M. *Desdobramentos do desenvolvimento desigual e combinado sobre a questão da mulher na Rússia revolucionária (1905-1918)*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.
- HOBBS, T. *Leviathan or The Matter, Forme and Power of a Common-Wealth Ecclesiastical and Civil*. London: Penguin, 1985.

- JACKSON, P.T. Out of one prison, into another? Comments on Rosenberg. *International Relations*, v. 31, n. 1, p. 81-84, 2017.
- LUXEMBURG, R. *The Accumulation of Capital*. London: Routledge and Kegan Paul, 1951.
- MCALLISTER, C. Uneven and combined development: dynamics of change and women's everyday forms of resistance in Negeri Sembilan, Malaysia. *Review of Radical Political Economics*, New York, v. 23, n. 3-4, p. 57-98, 1991.
- MORGENTHAU, H. *A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília, DF: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.
- MORTON, A. A Geopolítica do Sistema de Estados e o Capitalismo Global em Questão. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 29, p. 45-62, nov. 2007a.
- MORTON, A. *Revolution and State in Modern Mexico*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2011.
- MORTON, A. Social Forces in the Struggle over Hegemony: Neo-Gramscian Perspectives in International Political Economy. *Rethinking Marxism*, v. 15, n. 2, p. 153-179, April 2003.
- MORTON, A. The continuum of passive revolution. *Capital & Class*, v. 34, n. 3, p. 315-342, 2010.
- MORTON, A. *Unravelling Gramsci – Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy*. London: Pluto, 2007b.
- PASSOS, R. D. F. Gênero e realismo político: uma análise. In: OLIVEIRA, O. M. *Relações Internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 83-122.
- ROSENBERG, J. International relations in the prison of Political Science. *International Relations*, London, v. 30, n. 2, p. 127-153, 2016.
- ROSENBERG, J. Isaac Deutscher and the lost history of international relations. *New Left Review*, n. 215, p. 3-14, 1996.
- ROSENBERG, J. The elusive international. *International Relations*, London, v. 31, n. 1, p. 90-103, 2017.
- RUBIN, G. The Traffic in Women: notes on the “Political Economy” of Sex. In: REITER, R. R. (org.) *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review, 1975. p. 157-210.
- SENNA, T. C. A questão feminina na Rússia e suas respostas: análise por meio da lei do desenvolvimento desigual e combinado. *Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx*, Niterói, v. 4, n. 7, p. 258-280, 2016a.

SENNA, T. C. *O Jenotdel e a questão feminina na Rússia soviética (1917-1930): o Departamento de Mulheres no partido comunista em meio à revolução russa*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016b.

SJOBERG, L. Gender, the state, and war redux: feminist international relations across the 'levels of analysis'. *International Relations*, London, v. 25, n. 1, p. 108-134, 2011.

STITES, R. Zhenotdel: Bolshevism and Russian Women, 1917-1930. In: *Russian History III*, 1976, p. 174-193.

STITES, R. *The women's liberation movement in Russia: Feminism, Nihilism, and Bolshevism*, 1860-1930. Princeton: Princeton University Press, 1978.

THOMAS, P. A Primeira Guerra Mundial e as teorias marxistas da revolução. *Revista Outubro*, n. 25, p. 6-34, 2015.

TICKNER, J. A. Hans Morgenthau's principles of political realism: A feminist reformulation. *Millennium*, London, v. 17, n. 3, p. 429-440, 1988.

TROTSKY, L. *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WALTZ, K. *Man, the state, and war: a theoretical analysis*. New York: Columbia University, 2001.

WALTZ, K. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

